

## CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

**Estudo Técnico Preliminar 124/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 12600.003456/2025-16

**2. Descrição da necessidade****2.1. Contextualização da Necessidade**

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo analisar a viabilidade de nova contratação centralizada de serviços de TV por assinatura, na modalidade de Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), para atendimento aos órgãos integrantes do Centro de Serviços Compartilhados – ColaboraGov.

A necessidade decorre da prestação de serviço continuado que compreende o acesso a pacotes de canais de TV por assinatura, com disponibilização dos equipamentos necessários à recepção do sinal, bem como serviços associados indispensáveis à sua fruição regular, tais como instalação, manutenção, assistência técnica e suporte operacional, de modo a assegurar a continuidade e a qualidade do serviço.

Atualmente, o atendimento dessa demanda ocorre por meio do Contrato Administrativo nº 25/2022, firmado entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e a empresa Embratel TVSAT Telecomunicações S.A., com vigência até 18 de julho de 2026. Contudo, conforme manifestação da empresa contratada, não será possível a realização de nova prorrogação contratual.

Diante desse cenário, torna-se necessária a adoção tempestiva das providências para a realização de novo processo licitatório, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a fim de evitar a descontinuidade do serviço e assegurar uma transição contratual planejada, regular e compatível com as necessidades institucionais dos órgãos atendidos.

**2.2. Do Centro de Serviços Compartilhados (ColaboraGov)**

A presente contratação destina-se a atender às demandas dos órgãos integrantes do Centro de Serviços Compartilhados – ColaboraGov, instituído pelo Decreto nº 11.837, de 21 de dezembro de 2023, no qual a Secretaria de Serviços Compartilhados (SCC/MGI) atua como órgão prestador, e os ministérios aderentes como órgãos solicitantes.

O ColaboraGov tem como propósito a racionalização e otimização de recursos administrativos, por meio da centralização de contratações e execução compartilhada de serviços, garantindo eficiência, padronização e economicidade.

Nos termos do art. 6º do Decreto nº 11.837/2023, compete à SCC/MGI, como órgão prestador:

- I - Garantir as condições necessárias à execução dos serviços compartilhados;*
- II - Assegurar o mesmo padrão de qualidade, tempo de execução e transparência no atendimento às demandas dos órgãos solicitantes;*
- III - Promover a gestão, o monitoramento e a avaliação dos serviços prestados;*
- IV - Racionalizar custos e processos administrativos;*
- V - Atuar como órgão setorial executor de sistemas estruturadores, quando o serviço integrar tais sistemas, nos termos de ato do MGI.*

Assim, a contratação centralizada de TV por assinatura visa dar continuidade ao modelo de gestão compartilhada, fortalecendo a eficiência e a governança dos serviços administrativos prestados aos órgãos federais integrantes do ColaboraGov.

**2.3. Definição do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)**

Para adequada compreensão do objeto a ser contratado, destaca-se a definição do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), conforme estabelecido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) na Resolução nº 581, de 26 de março de 2012:

*“Serviço de telecomunicações de interesse coletivo, prestado no regime privado, cuja recepção é condicionada à contratação remunerada por assinantes e destinado à distribuição de conteúdos audiovisuais na forma de pacotes, de canais de*

São exemplos de SeAC os serviços de televisão por assinatura — como TV a cabo, TV via satélite e IPTV, incluindo aqueles baseados em endereços MAC (Media Access Control) ou endereços IP.

Importa salientar que a prestadora do SeAC é a empresa que detém outorga ou autorização administrativa da ANATEL e se relaciona diretamente com o assinante, sendo responsável pelo fornecimento, operação e manutenção do serviço contratado.

#### 2.4. Objetivos da Contratação

A contratação pretendida tem como objetivo atender à necessidade institucional de acesso contínuo a conteúdos audiovisuais jornalísticos, informativos e de interesse público, disponibilizados por meio de canais integrantes dos pacotes ofertados pelas prestadoras do SeAC, em apoio às atividades das autoridades, áreas estratégicas e assessorias de comunicação dos órgãos participantes do ColaboraGov.

Constituem objetivos específicos da contratação:

- a) Atender à demanda institucional por canais de notícias, programação educativa e conteúdos de interesse público, nacional e internacional;
- b) Apoiar ações de comunicação interna e institucional, favorecendo a difusão de informações relevantes e o acompanhamento de pautas estratégicas;
- c) Assegurar a continuidade do serviço de TV por assinatura, sem interrupções na transição contratual;
- d) Manter o modelo de contratação centralizada, reforçando os ganhos de escala, eficiência e padronização obtidos com o ColaboraGov.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Segurança, Administração, Terceirização e Transporte - CGSAT	3500625187

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### 4.1. Requisitos Gerais e Escopo da Contratação

A solução a ser avaliada neste ETP deverá contemplar a prestação de Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), em alta definição (HD), destinado ao atendimento dos órgãos integrantes do ColaboraGov, de forma continuada.

De modo geral, a solução deverá abranger:

- Fornecimento de acesso a pacotes de canais de TV por assinatura;
- Disponibilização, em regime de comodato, dos equipamentos indispensáveis à recepção do sinal (tais como decodificadores e controles remotos);
- Disponibilização da infraestrutura necessária à instalação e operação do serviço;
- Prestação dos serviços associados indispensáveis à fruição regular do SeAC, incluindo instalação, suporte técnico, manutenção e monitoramento do serviço;
- Garantia de continuidade da prestação do serviço durante toda a vigência contratual.

Os detalhamentos operacionais, níveis de serviço e procedimentos específicos serão definidos em etapa posterior, no Termo de Referência.

#### 4.2. Requisitos Legais e Normativos

O serviço contratado deverá cumprir, no que couber, todas as normas legais e regulatórias aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a:

O contratado deve atender, entre outros, aos seguintes dispositivos:

- Lei nº 14.133/2021 – Licitações e contratos;
- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;

- Lei nº 12.485/2011 – Comunicação audiovisual de acesso condicionado;
- Decreto nº 9.178/2017 – Sustentabilidade nas contratações públicas;
- Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 1/2010 e SEGES nº 58/2022 – Sustentabilidade e ETP;
- Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - CGU/AGU - 8º Edição - Outubro de 2025;
- Resoluções da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) aplicável ao SeAC, em especial a Resolução nº 777, de 28 de abril de 2025 – Regulamento Geral dos Serviços de Telecomunicações - RGST.

#### 4.3. Requisitos funcionais da Solução

A solução deverá ser capaz de atender às necessidades institucionais dos órgãos participantes do ColaboraGov, observando, no mínimo, os seguintes requisitos funcionais:

- Compatibilidade com televisores de tecnologia HD, Full HD e 4K;
- Possibilidade de disponibilização de múltiplos pontos de TV por assinatura, conforme a necessidade dos órgãos atendidos;
- Fornecimento dos equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, em regime de comodato;
- Disponibilização de canais abertos, canais de distribuição obrigatória e canais de notícias de relevância nacional e internacional, em conformidade com a regulamentação do SeAC;
- Prestação do serviço de forma contínua e regular.

Caso a tecnologia adotada pela prestadora demande conexão à internet (como soluções baseadas em IPTV), a solução deverá prever meios próprios e independentes de transmissão de dados, sem utilização da infraestrutura de rede lógica dos órgãos atendidos, de modo a preservar a segurança da informação e a disponibilidade da rede corporativa.

#### 4.4. Requisitos de Sustentabilidade

A solução deverá observar, sempre que aplicável, critérios de sustentabilidade ambiental, tais como:

- Utilização de equipamentos com maior eficiência energética;
- Adoção de práticas adequadas para o descarte de resíduos eletrônicos;
- Observância das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Previsão de logística reversa para equipamentos disponibilizados em comodato;
- Orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - CGU/AGU - 8º Edição - Outubro de 2025.

#### 4.5. Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho

A solução deverá assegurar padrões mínimos de qualidade compatíveis com a natureza do serviço, especialmente:

- Continuidade da prestação do serviço;
- Atendimento aos requisitos legais, regulatórios, funcionais e de sustentabilidade definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

Os indicadores e critérios de desempenho serão definidos de forma detalhada no Termo de Referência.

#### 4.6. Subcontratação

Considerando a natureza regulada do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) e o modelo operacional adotado no mercado, admite-se a subcontratação de serviços técnicos acessórios, desde que observadas as condições a seguir.

##### a) Responsabilidade integral da prestadora outorgada

A empresa detentora de outorga, autorização ou concessão expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) permanecerá integralmente responsável, perante a Administração Pública e o órgão regulador, pela qualidade, continuidade, regularidade e conformidade da prestação do serviço de TV por assinatura, ainda que opte por subcontratar terceiros para a execução de atividades acessórias.

A subcontratação não afasta, em nenhuma hipótese, a responsabilidade direta da prestadora outorgada pelo cumprimento das obrigações contratuais e regulatórias.

##### b) Limitação da subcontratação a serviços acessórios

A subcontratação será admitida exclusivamente para a execução de serviços técnicos de apoio ou meio, tais como:

- instalação de equipamentos e infraestrutura associada;

- manutenção preventiva e corretiva;
- suporte técnico operacional em campo.

Não será admitida a subcontratação da atividade-fim regulada, consistente na oferta, operação e exploração do Serviço de Acesso Condicionado, que deverá ser realizada diretamente pela empresa autorizada pela ANATEL.

#### **c) Qualificação e controle das empresas subcontratadas**

As empresas subcontratadas deverão possuir capacitação técnica compatível com os serviços a serem executados e, quando aplicável, estar credenciadas, homologadas ou supervisionadas pela prestadora principal, de modo a assegurar a observância dos padrões técnicos, operacionais e regulatórios exigidos pela ANATEL e pelo contrato administrativo.

Os requisitos específicos de habilitação, fiscalização e controle da subcontratação serão detalhados no Termo de Referência.

#### **4.7. Garantia da contratação**

Considerando a natureza do objeto e o baixo risco associado à prestação do serviço, avalia-se como dispensável a exigência de garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, devendo tal decisão ser confirmada na fase de elaboração do Termo de Referência.

#### **4.8. Critério de Julgamento da Proposta**

Para fins de avaliação da viabilidade da contratação, a solução deverá permitir julgamento pelo critério de menor preço, considerando a padronização do serviço e a necessidade de fornecimento integrado da solução, aspectos a serem detalhados na fase licitatória.

#### **4.9. Bens de Luxo**

O objeto desta contratação não se caracteriza como bem de luxo, por não apresentar as seguintes características dispostas no inciso I do art. 2º do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

#### **4.10. Classificação dos Serviços**

O serviço de TV por assinatura enquadra-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade são amplamente definidos no mercado e passíveis de especificação objetiva.

#### **4.11. Participação de Consórcios**

Será vedada a participação de empresas reunidas em consórcio nesta contratação, tendo em vista inicialmente que tal objeto não guarda consigo elevada complexidade de execução, sendo de fácil absorção pelo vasto mercado que atua neste tipo de contratação.

#### **4.12. Participação de ME/EPP**

A Lei Complementar nº 123/2006, em seu artigo 48, inciso I, estabelece que as licitações cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) poderão ser exclusivas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP).

No presente caso, o valor estimado da contratação ultrapassa o referido limite, motivo pelo qual não é possível restringir a participação exclusivamente a ME/EPP, devendo ser assegurada a ampla competitividade, em conformidade com a legislação vigente.

Ressalta-se, contudo, que serão observados os demais benefícios e tratamentos diferenciados previstos na referida Lei Complementar, especialmente aqueles relacionados à regularização fiscal tardia e ao critério de desempate em favor das ME/EPP, conforme os artigos 42 a 49 da LC nº 123/2006.

#### **4.13. Participação de Cooperativas (art. 16 da Lei nº 14.133/2021)**

A Lei nº 14.133/2021 admite a participação de cooperativas em licitações, desde que atendidos os requisitos do art. 16, especialmente quanto à demonstração de atuação em regime cooperado e à compatibilidade do objeto com a execução direta pelos cooperados.

No entanto, no caso específico da contratação de Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), verifica-se que não é possível a participação de cooperativas, pelos seguintes motivos:

##### **a) Incompatibilidade do objeto com a execução cooperada**

O serviço consiste em atividade de natureza técnico-operacional complexa, que envolve transmissão de conteúdo audiovisual, operação de redes e equipamentos, gestão de infraestrutura e atendimento regulatório setorial. Tais atividades não podem ser desempenhadas individualmente pelos cooperados, inviabilizando o regime de substituíbilidade inerente ao modelo cooperativista.

##### **b) Necessidade de autorização da ANATEL**

A prestação do serviço depende de autorização específica da ANATEL, segundo a regulamentação do setor de telecomunicações. Cooperativas, em regra, não possuem essa autorização, a qual é outorgada a empresas operadoras devidamente habilitadas. Desse modo, apenas empresas autorizadas podem prestar o serviço.

### c) Ausência de repartição de receitas e despesas compatível com o objeto

O modelo de exploração de serviço exige infraestrutura técnica, custos operacionais centralizados e responsabilidade regulatória unificada, elementos incompatíveis com a lógica de repartição cooperada entre os cooperados.

## 5. Levantamento de Mercado

### 5.1. Contextualização do Mercado para Atendimento da Administração Pública

A necessidade institucional identificada neste Estudo Técnico Preliminar refere-se ao acesso contínuo a conteúdos audiovisuais jornalísticos, informativos e de interesse público, especialmente para atendimento de autoridades públicas, áreas estratégicas e unidades de comunicação social de ministérios sediados em Brasília.

O mercado dispõe de diferentes soluções tecnológicas capazes de viabilizar o acesso a tais conteúdos, variando quanto ao modelo de prestação, dependência de infraestrutura local, estabilidade do serviço, cobertura e aderência ao regime regulatório aplicável à Administração Pública.

Nesse contexto, foram analisadas as principais alternativas disponíveis no mercado nacional, considerando sua adequação ao uso institucional em prédios públicos federais.

### 5.2. Alternativas de Solução Identificadas

No levantamento realizado, identificaram-se as seguintes alternativas principais para atendimento da necessidade:

#### a) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC – TV por assinatura)

Solução regulada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), prestada por empresas autorizadas, que oferece pacotes de canais por meio de tecnologias como satélite (DTH), cabo ou fibra óptica dedicada.

Características relevantes:

- serviço regulado e fiscalizado pela ANATEL;
- alta previsibilidade operacional;
- independência, em regra, da infraestrutura de internet dos órgãos;
- ampla oferta de canais jornalísticos e institucionais;
- modelo amplamente utilizado em contratações públicas.

#### b) Soluções baseadas exclusivamente em IPTV ou streaming via internet

As soluções baseadas exclusivamente em IPTV ou plataformas de streaming via internet consistem na distribuição de conteúdo audiovisual por meio de protocolos IP, podendo ser operacionalizadas de duas formas distintas:

##### i) Utilização da infraestrutura de internet institucional dos órgãos

Nessa configuração, o serviço depende diretamente da rede lógica (internet/intranet) disponibilizada pelo próprio órgão público. Embora tecnicamente viável, essa alternativa apresenta riscos relevantes, tais como:

- impacto sobre a disponibilidade e o desempenho da rede corporativa, especialmente em ambientes com uso intensivo de sistemas críticos;
- concorrência por banda com outros serviços institucionais essenciais;
- maior suscetibilidade a instabilidades decorrentes de congestionamentos, falhas ou manutenções da rede;
- potenciais riscos à segurança da informação, a depender da arquitetura e das políticas de rede adotadas.

Tais fatores podem comprometer a qualidade e a continuidade do serviço audiovisual, especialmente em contextos que demandam acesso permanente e confiável à informação.

##### ii) Utilização de infraestrutura de internet dedicada fornecida pela contratada

Alternativamente, o serviço de IPTV ou streaming pode ser prestado mediante disponibilização, pela empresa contratada, de infraestrutura própria e dedicada de transmissão de dados, independente da rede institucional do órgão.

Embora essa abordagem mitigue os riscos de impacto sobre a rede corporativa, permanecem alguns fatores de atenção:

- dependência da qualidade e da estabilidade do link dedicado disponibilizado pela contratada;
- maior complexidade operacional e de fiscalização contratual;
- possibilidade de degradação do serviço em situações de falhas de conectividade, latência ou indisponibilidade do enlace;
- ausência, em muitos casos, de regulação setorial específica equivalente à aplicada ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC).

### c) Uso de sinal aberto terrestre (TV digital aberta)

Alternativa baseada exclusivamente na recepção de canais abertos por meio de antenas terrestres.

Características relevantes:

- cobertura limitada ao conjunto de canais abertos;
- ausência de canais jornalísticos especializados nacionais e internacionais;
- baixa aderência às necessidades de acompanhamento institucional contínuo;
- insuficiência para atendimento das áreas demandantes.

## 5.3. Análise Comparativa das Alternativas

A análise comparativa das alternativas identificadas evidencia que:

- As soluções baseadas apenas em IPTV ou streaming é tecnicamente viável, porém apresenta riscos de dependência de conectividade e de variabilidade de qualidade; quando operado sobre internet institucional, adiciona riscos diretos à rede corporativa; quando operado com link dedicado, mitiga parte desses riscos, mas aumenta complexidade operacional e permanece dependente de conectividade, além de nem sempre se enquadrar no mesmo nível de regulação do SeAC.
- O uso exclusivo de sinal aberto terrestre não atende à necessidade institucional, em razão da limitação de conteúdo e da ausência de canais especializados.
- O Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) apresenta maior aderência às necessidades da Administração Pública, por oferecer serviço regulado, estável, com ampla oferta de conteúdo relevante, menor dependência da infraestrutura interna dos órgãos e maior previsibilidade operacional.

Adicionalmente, no contexto específico dos ministérios localizados em Brasília, observa-se a existência de infraestrutura adequada para recepção de serviços de TV por assinatura, bem como a presença consolidada de operadoras autorizadas pela ANATEL aptas a prestar o serviço.

## 5.4 Aspectos Institucionais e Operacionais Relevantes

Para o atendimento dos Ministérios integrantes ao Colaboragov, são considerados fatores críticos:

- continuidade e estabilidade do serviço;
- disponibilidade imediata de canais de notícias nacionais e internacionais;
- independência em relação à rede lógica corporativa;
- padronização da solução entre diferentes unidades administrativas;
- facilidade de gestão contratual e fiscalização.

Sob esses critérios, o SeAC se mostra mais compatível com o ambiente institucional da Administração Pública Federal, especialmente em prédios ministeriais de grande porte e uso intensivo.

## 5.5. Levantamento de Intenções de Registro de Preços (IRP)

Ao realizar a consulta no sistema de Intenções de Registro de Preços (IRP) para verificar a existência de serviço compatível, não foram identificadas intenções vigentes ou correspondentes com o objeto da presente contratação.

Assim, quando selecionado filtro para o **campo: Serviço de Interesse**, que tenha como parâmetro: “16209 – Televisão – Assinatura”, de duas formas distintas, sendo a primeira com o **campo: Situação da IRP** apenas com a opção: "Aberta" (*Indica que a IRP foi divulgada e está no período em que outros órgãos podem manifestar interesse em participar da futura compra. Nesta fase, é possível alterar valores e quantidades estimadas*), o sistema não apresenta nenhum registro atual, conforme abaixo:

**\* Filtros da Consulta**

☐ UASG Gerenciadora

☐ N° da IRP

☒ Situação da IRP (Permite Múltipla Seleção)

**\* Parâmetro**

Aberta

Análise/Negociação

Confirmação

Encerrada

Transferida

☐ Município/UF da UASG Gerenciadora

☐ Material de Interesse

☒ Serviço de Interesse

**\* Parâmetro**

16209-Televisão - Assinatura


Consultar

Pesquisar

Fechar

( \*) Campo de preenchimento obrigatório.

Nenhum registro a ser exibido.

Solução 

Adicionalmente, ao realizar nova pesquisa, desta vez sem definição de filtro para o **campo: Situação da IRP**, contemplando assim, todos os parâmetros possíveis (Aberta / Análise / Negociação / Confirmação / Encerrada ou Transferida), foram encontrados ao todo 05 registros, sendo estes com status “Transferida” (Indica que a IRP foi concluída e os dados foram transferidos para o módulo de licitação, tornando-se um pregão eletrônico ou concorrência), ou “Edição” (ainda está em fase de elaboração ou ajuste interno pelo órgão gerenciador), conforme extratos nas imagens abaixo:

**\* Filtros da Consulta**

☐ UASG Gerenciadora

☐ N° da IRP

☐ Situação da IRP (Permite Múltipla Seleção)

☐ Município/UF da UASG Gerenciadora

☐ Material de Interesse

☒ Serviço de Interesse

**\* Parâmetro**

16209-Televisão - Assinatura

Consultar

Pesquisar

Fechar

( \*) Campo de preenchimento obrigatório.

UASG Gerenciadora	N° da IRP	Data Provável da Licitação	Situação da IRP	Objeto	Ações
453687 - EES-SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA	453687 - 00045/2025	09/10/2025	Transferida	Contratação de empresa para o fornecimento de serviços de TV corporativa com foco em gestão de mídia.	<a href="#">Resumo</a>

☐ UASG Gerenciadora  
☐ N° da IRP  
☐ Situação da IRP (Permite Múltipla Seleção)  
☐ Município/UF da UASG Gerenciadora  
☐ Material de Interesse  
☒ Serviço de Interesse

\* Filtros da Consulta

\* Parâmetro 16209-Televisão - Assinatura

Consultar

Pesquisar Fechar

( \* ) Campo de preenchimento obrigatório.

UASG Gerenciadora	N° da IRP	Data Provável da Licitação	Situação da IRP	Objeto	Ações
733100 - CENTRO DE AVALIAÇÃO DA ILHA DA MARAMBAIA	733100 - 00008/2025	26/11/2025	Transferida	Contratação de serviços especializado de TV por assinatura com fornecimento, em regime de comodato, dos equipamentos necessários à sua operação, bem como suporte técnico.	<a href="#">Resumo</a>
985829 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO - RJ	985829 - 00003/2026	03/02/2026	Transferida	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para futura e eventual aquisição de material permanente, em atendimento a diversas Secretarias Municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos	<a href="#">Resumo</a>
795180 - BASE DE FUZILEIROS NAVAIS ILHA DO GOVERN./RJ	795180 - 00002/2026	15/04/2026	Edição	Locação de equipamentos/serviços destinados a garantir as condições de infraestrutura, energia, alimentação, saneamento, comunicação, conforto e segurança operacional para até 3.000 (três mil) militares durante a Operação Formosa 2026, a ser realizada no Centro de Instrução de Formosa (CIF), localizado na Rodovia BR-020, km 65, Formosa-GO, pelo período de até 30 (trinta) dias consecutivos.	<a href="#">Resumo</a>
795180 - BASE DE FUZILEIROS NAVAIS ILHA DO GOVERN./RJ	795180 - 00004/2026	15/04/2026	Transferida	Locação de equipamentos/serviços destinados a garantir as condições de infraestrutura, energia, alimentação, saneamento, comunicação, conforto e segurança operacional para até 3.000 (três mil) militares durante a Operação Formosa 2026, a ser realizada no Centro de Instrução de Formosa (CIF), localizado na Rodovia BR-020, km 65, Formosa-GO, pelo período de até 30 (trinta) dias consecutivos.	<a href="#">Resumo</a>

104 registros encontrados, exibindo do 101° ao 104°.

1 2 3 4 5 6

Solução SERPRO

Por fim, ressalta-se que eventual participação em Atas de Registro de Preços (ARP) também não se mostraria adequada, tendo em vista a competência e a sistemática própria do ColaboraGov, que disciplina a condução centralizada e padronizada de contratações, para o uso compartilhado no âmbito dos órgãos integrante do Colaboragov.

## 5.6. Conclusão do Levantamento de Mercado

O mercado brasileiro de TV por assinatura é atualmente atendido por diversas operadoras autorizadas pela Agência Nacional de Telecomunicações, destacando-se, entre outras, aquelas de abrangência nacional, como Claro TV+, SKY e Vivo TV.

Essas operadoras apresentam diferentes tecnologias de transmissão, estruturas de pacotes de canais e modelos de precificação, por meio de tecnologias como satélite (DTH), cabo ou fibra óptica dedicada.

De forma geral:

- a Claro TV+ opera com soluções híbridas (cabo, fibra e satélite), apresentando ampla cobertura e integração com conteúdos digitais;
- a SKY utiliza predominantemente tecnologia via satélite (DTH), com elevada abrangência territorial e menor dependência de infraestrutura local;
- a Vivo TV opera principalmente por fibra óptica em sua rede própria, oferecendo maior qualidade técnica em localidades com disponibilidade de infraestrutura, porém com alcance geográfico mais restrito.

Com base no levantamento e na análise comparativa das alternativas disponíveis, conclui-se que o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) constitui a solução tecnicamente mais adequada, operacionalmente mais segura e institucionalmente mais aderente para atendimento das necessidades identificadas neste Estudo Técnico Preliminar.

A escolha do SeAC se justifica por:

- ser serviço regulado e fiscalizado pela ANATEL;
- assegurar maior estabilidade e continuidade na prestação;
- reduzir riscos associados à dependência da infraestrutura de internet dos órgãos;
- oferecer conteúdo compatível com as demandas de autoridades públicas e áreas estratégicas;
- permitir padronização e racionalização da contratação em modelo centralizado.

Dessa forma, o levantamento de mercado sustenta a viabilidade da contratação do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) como solução mais vantajosa para a Administração Pública.

## 6. Descrição da solução como um todo

### 6.1. Histórico anterior:

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) já realizou contratação com objeto semelhante por meio do processo SEI nº 12600.101569/2021-44, que resultou na celebração do Contrato Administrativo nº 25/2022, com a empresa Embratel TVSAT Telecomunicações S.A., bem como em seus termos aditivos.

O histórico de execução contratual indica que os serviços foram prestados de forma regular, em conformidade com as condições pactuadas, não havendo registros de aplicação de sanções à contratada. Tal experiência demonstra a viabilidade técnica e operacional da solução adotada, bem como a adequação do modelo de contratação ao atendimento das necessidades institucionais.

### 6.2. Soluções disponíveis:

#### 6.2.1. Solução adotada para atendimento da necessidade

A solução indicada para atendimento da necessidade descrita neste ETP consiste na contratação centralizada, no âmbito do ColaboraGov, de Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), prestado por empresa regularmente autorizada pela ANATEL, com fornecimento de acesso a pacotes de canais e disponibilização dos meios necessários à fruição do serviço nos ambientes de trabalho dos ministérios sediados em Brasília.

Trata-se de solução de natureza continuada, voltada à disponibilização institucional de conteúdo audiovisual jornalístico e informativo, com vistas a apoiar autoridades, áreas de comunicação e demais unidades estratégicas no acompanhamento de fatos relevantes e na gestão da comunicação institucional.

### 6.3. Componentes essenciais da solução

Para fins de caracterização no ETP, a solução deve ser compreendida de forma integrada, contemplando:

- Acesso ao serviço SeAC e aos pacotes de canais compatíveis com as necessidades institucionais (notícias nacionais e internacionais, canais de interesse público e canais de distribuição obrigatória, quando aplicável);
- Meios de recepção e disponibilização do sinal, com equipamentos essenciais fornecidos pela prestadora (em regra, em comodato), necessários para a operação regular dos pontos de TV;
- Serviços técnicos acessórios indispensáveis à fruição do serviço, tais como instalação inicial, ativação/configuração, manutenção e suporte operacional, sem prejuízo de eventuais terceirizações de atividades-meio, mantida a responsabilidade integral da prestadora autorizada;
- Gestão mínima do serviço, com atendimento a demandas de suporte e correções para garantir continuidade de operação.

A descrição acima se limita aos elementos necessários para caracterização da solução no ETP, sendo o detalhamento operacional e os níveis de serviço matéria própria do Termo de Referência.

#### 6.4. Razões técnicas e institucionais que justificam a escolha do SeAC

A escolha do SeAC, em detrimento de alternativas como IPTV/streaming via internet ou recepção exclusiva de canais abertos, decorre da combinação de fatores técnicos, operacionais e institucionais relevantes para o ambiente de ministérios em Brasília:

##### a) Aderência regulatória e maior previsibilidade de prestação

O SeAC é um serviço regulado e fiscalizado pela ANATEL, prestado por empresas autorizadas, o que tende a elevar a previsibilidade de qualidade e continuidade do serviço, além de reduzir assimetrias de responsabilização e de suporte em relação a soluções meramente digitais não enquadradas no mesmo regime regulatório.

##### b) Continuidade e estabilidade compatíveis com uso institucional

Para autoridades e áreas de comunicação, o acesso contínuo e estável a conteúdo jornalístico e informativo é requisito relevante. Soluções baseadas exclusivamente em internet, mesmo com link dedicado, tendem a apresentar maior variabilidade de desempenho (latência, indisponibilidades e dependência de conectividade), enquanto o SeAC, em especial nas modalidades via cabo/fibra ou satélite, oferece maior robustez operacional para recepção de sinal audiovisual em ambiente corporativo.

##### c) Redução de impacto sobre infraestrutura de TI institucional

Em prédios ministeriais, a rede lógica é compartilhada por múltiplos sistemas críticos e serviços administrativos. A adoção de soluções de IPTV/streaming que utilizem a internet institucional pode competir por banda e degradar a performance de serviços corporativos. Mesmo quando se exige link dedicado, há riscos de gestão operacional e de fiscalização adicionais. Nesse cenário, o SeAC se mostra mais aderente por minimizar a dependência da rede corporativa para entrega do conteúdo.

##### d) Adequação do conteúdo às necessidades da Administração

O SeAC oferece pacotes estruturados que usualmente incluem canais jornalísticos, informativos e institucionais, permitindo acompanhamento em tempo real e acesso continuado a diferentes fontes, o que atende ao objetivo institucional já definido neste ETP (apoio à comunicação e acompanhamento de temas estratégicos). A alternativa de canais abertos, por sua vez, é insuficiente para suprir a necessidade de conteúdo especializado e cobertura ampliada.

##### e) Padronização e governança no modelo centralizado (ColaboraGov)

A contratação centralizada permite padronização da solução, racionalização administrativa e melhor governança do serviço (uniformidade de pacote, gestão contratual e escala), compatibilizando-se com o modelo de serviços compartilhados. Em termos de planejamento, esse arranjo favorece a redução de esforços dispersos de contratação e facilita a gestão do ciclo contratual.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### 7.1. Metodologia de Estimativa

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada a partir de levantamento formal de demandas junto aos órgãos integrantes do ColaboraGov, considerando, de forma consolidada:

- as respostas à Consulta de Interesse para Contratação de Serviço de TV por Assinatura;
- os quantitativos atualmente instalados;
- as ampliações informadas como necessárias pelos órgãos demandantes;
- a emissão dos respectivos Documentos de Formalização da Demanda (DFD), quando existentes.

Essa metodologia atende ao disposto no art. 9º, inciso V, da IN SEGES nº 58/2022, ao se apoiar em dados concretos de consumo institucional e em manifestação expressa das unidades usuárias.

### 7.2. Consolidação das Demandas dos Órgãos Integrantes

Do total de 13 (treze) órgãos consultados (entre esses o MGI), 9 (nove) manifestaram interesse na contratação do serviço de TV por assinatura, informando quantitativos atuais e/ou necessidades adicionais de pontos de acesso. Os 3 (três) órgãos restantes declararam não possuir interesse na contratação no momento, razão pela qual não foram considerados no cômputo da estimativa.

A consolidação das informações fornecidas pelos órgãos interessados resultou em um quantitativo estimado de 167 (cento e sessenta e sete) pontos de TV por assinatura, correspondente à soma dos pontos atualmente em uso com as ampliações solicitadas.

Registra-se que a maior parte dos órgãos interessados já emitiu o respectivo DFD. Observa-se, contudo, que o Ministério das Mulheres, embora tenha informado quantitativo adicional, ainda não formalizou a demanda por meio de DFD, situação que deverá ser acompanhada e regularizada nas etapas subsequentes do planejamento da contratação.

7.3. Quantitativo Estimado para Planejamento da Contratação

Para fins de planejamento, estimativa de custos e análise de viabilidade da contratação, adota-se como referência o quantitativo estimado de 167 pontos de TV por assinatura.

Esse quantitativo não representa obrigação de contratação integral, mas parâmetro de dimensionamento, podendo ser ajustado em função de:

- atualização das demandas institucionais;
- eventual inclusão ou exclusão de órgãos no ColaboraGov;
- regularização documental de demandas ainda pendentes;
- variações decorrentes da ocupação de novos edifícios ou reorganização administrativa.

Tal abordagem está alinhada à natureza continuada do serviço e ao modelo de contratação centralizada adotado no âmbito do ColaboraGov.

De forma consolidada, o quadro abaixo representa a demanda:

Consulta de Interesse (Contratação de Serviço de TV por Assinatura)							
	MINISTÉRIO	Nº PROCESSO	Respondeu SIM/NÃO	Qtd. Atual	Qtd. Adicional	Qtd. Total	Emitiu DFD
1	MGI	-	N/A	12	35	47	SIM
2	MF	12600.003994/2025-01	SIM	40	2	42	Sim
3	MDIC	12600.003938/2025-68	SIM	1	1	2	Sim
4	MIR	12600.003991/2025-69	SIM	0	5	5	Sim
5	MEMP	12600.003995/2025-47	SIM	8	7	15	Sim
6	MPS	12600.004000/2025-65	SIM	0	8	8	Sim
7	MPI	12600.003996/2025-91	SIM	0	10	10	Sim
8	MMULHERES	12600.003999/2025-25	SIM	0	11	11	Não
9	MPO	12600.003993/2025-58 / 03101.003325/2025-61	SIM	14	4	18	Sim
10	MESP	12600.003997/2025-36	SIM	0	9	9	Sim
11	MDHC	12600.003998/2025-81	SIM	-	-	-	Não tem interesse
12	MPOR	12600.003992/2025-11	SIM	-	-	-	Não tem interesse
13	MTUR	12600.004001/2025-18	SIM	-	-	-	Não tem interesse
TOTAL GERAL (pontos por mês)						167	

7.4. Serviços Técnicos Associados

Além dos pontos de TV por assinatura, identificou-se a necessidade de previsão de serviços técnicos acessórios, voltados a atender demandas eventuais, tais como:

- alterações de local de instalação;
- mudanças de endereço;
- substituição de equipamentos.

Esses serviços possuem caráter eventual e foram estimados com base em histórico de movimentações e ajustes observados em contratações anteriores, sendo previstos apenas para subsidiar o planejamento da contratação, com execução condicionada à efetiva demanda.

7.5. Quadro de Itens da Contratação (Estimado)

Grupo	Item	Descrição	Quantidade (por Mês)	Quantidade (Anual)	uantidade (36 meses)
1	1	Contratação de empresa especializada em prestação do Serviço de TV por Assinatura, com equipamentos na modalidade de comodato, serviços de instalação, distribuição e manutenção dos sinais.	167	2004	6.012
	2	Serviço Técnico, visando a alterações do local de instalação, alterações de endereço e substituição de equipamentos.	N/A	60	180

Os serviços serão executados por demanda e somente serão pagos os pontos efetivamente instalados e utilizados, desta forma não haverá prejuízo para a Administração na previsão dos quantitativos.

7.6. Localidades de Instalação

Os pontos de TV por assinatura poderão ser instalados em edifícios atualmente ocupados pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e demais órgãos integrantes do ColaboraGov no Distrito Federal, especialmente em prédios administrativos localizados na Esplanada dos Ministérios e em outros setores administrativos de Brasília.

A relação de endereços atualmente conhecidos serve apenas como referência para dimensionamento inicial, não restringindo a possibilidade de instalação em outras unidades que venham a ser ocupadas ou integradas ao ColaboraGov, nos termos do Decreto nº 11.837/2023:

De forma consolidada, o quadro abaixo representa as localidades de referência:

Item	Endereço Completo	Tipo de Imóvel
1	Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Zona-Cívico Administrativa. Brasília -DF. CEP: 70046-900	Escritório
2	Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Zona-Cívico Administrativa. Brasília - DF. CEP: 70053-900	Escritório
3	Esplanada dos Ministérios, Bloco K, Zona-Cívico Administrativo. Brasília - DF. CEP: 70040-906	Escritório
4	Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Zona-Cívico Administrativa. Brasília - DF. CEP: 70048-900	Escritório
5	Esplanada dos Ministérios, Anexo P, Zona-Cívico Administrativa. Brasília - DF. CEP: 70048-900	Escritório
6	Esplanada dos Ministérios, Anexo F, Zona-Cívico Administrativa. Brasília - DF. CEP: 70059-900	Escritório
7	Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Zona-Cívico Administrativa. Brasília - DF. CEP: 70059-900	Escritório
8	Edifício Órgãos Regionais, SAUS Quadra 3, Bloco O, Lote 9 e 10. Asa Sul. Brasília - DF. CEP:70079-900	Escritório
9	Edifício Órgãos Centrais, SAUS Quadra 6, Bloco O, Asa Sul. Brasília - DF. CEP:70070-917	Escritório
10	Edifício da SEPN 516, bloco D, lote 8, Asa Norte. Brasília - DF. CEP: 70770-520	Escritório
11	Arquivo Nacional - Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Quadra 06, lote 800, Brasília/DF, CEP 70610-460	Escritório
12	CNC - ST SAUN Quadra 5 Lote C, Brasília - DF, CEP 70830-030	Escritório
13	Edifício Multi Brasil - SCN Q. 4 Bloco A Torre D do Edifício Multi Brasil Corporate - Asa Norte, Brasília - DF, CEP 70714-903	Escritório
14	Edifício Parque Cidade Corporate - C - Setor Comercial Sul Quadra 9 - Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70308-200	Escritório

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 691.808,40

8.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ **691.808,40** (seiscentos e noventa e um mil oitocentos e oito reais e quarenta centavos), conforme disposto na Planilha de Pesquisa de Preços - Retificada (SEI 58176574).

A definição deste valor baseou-se nos procedimentos metodológicos consolidados na Nota Técnica SEI nº 7219/2026/MGI (SEI 58120692), elaborada pela Coordenação de Pesquisa de Preços (COPEP/MGI), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando-se os seguintes parâmetros de pesquisa de forma combinada:

I - Consultas aos sistemas oficiais de governo e a contratações similares realizadas pela Administração Pública, tendo sido realizadas buscas no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ; e

II - Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, conforme previsto no art. 5º, inciso I e II da IN SEGES nº 65/2021.

A Equipe de Planejamento analisou a metodologia apresentada na Nota Técnica SEI nº 5897/2026/MGI (SEI nº 57774487), posteriormente retificada pela Nota Técnica SEI nº 7219/2026/MGI (SEI nº 58120692), e a considerou adequada e aderente às características do mercado e às necessidades da Administração, validando, assim, os parâmetros de pesquisa adotados.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução analisada neste Estudo Técnico Preliminar refere-se à prestação de Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), caracterizada pela oferta integrada de pacotes de canais, meios de recepção do sinal e serviços técnicos acessórios indispensáveis à fruição regular do serviço.

Sob a ótica técnica e operacional, o objeto apresenta natureza essencialmente indivisível, na medida em que a prestação do SeAC pressupõe a atuação de uma única operadora autorizada, responsável pela disponibilização do conteúdo, pela gestão do serviço e pela observância das obrigações regulatórias setoriais. O fracionamento do objeto por itens ou por prestadores distintos comprometeria a padronização do serviço, dificultaria a gestão contratual e poderia gerar incompatibilidades técnicas e operacionais.

Adicionalmente, a adjudicação parcelada não se mostra vantajosa sob o aspecto da economicidade. O mercado de TV por assinatura opera, de forma consolidada, por meio de ofertas integradas de pacotes e serviços, de modo que a contratação unitária tende a preservar ganhos de escala, simplificar a fiscalização e reduzir custos administrativos associados à gestão de múltiplos contratos.

Do ponto de vista concorrencial, a contratação de uma única empresa não restringe a competitividade, uma vez que existem diversas operadoras autorizadas pela ANATEL aptas a prestar o serviço em âmbito nacional, cada qual com modelos tecnológicos e comerciais próprios.

Dessa forma, conclui-se que não é recomendável o parcelamento da solução, devendo a contratação ser realizada de forma unitária, por meio da seleção de uma única prestadora do Serviço de Acesso Condicionado, assegurando padronização, eficiência administrativa, viabilidade técnica e adequada gestão do contrato.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação ocorre de forma independente, não estando vinculada a qualquer outra contratação para que possa produzir seus efeitos. Trata-se de um serviço autônomo, cuja execução não depende de fornecimentos, sistemas ou contratos complementares.

Ainda que o serviço de TV por assinatura possa ser utilizado em conjunto com outras iniciativas de comunicação institucional ou acompanhamento de notícias, não há relação de interdependência técnica ou operacional com outros objetos contratados.

Dessa forma, a contratação é autônoma, podendo ser executada de maneira isolada, sem comprometer a coerência das ações do ColaboraGov nem demandar integração com outros contratos vigentes.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, tendo Documento de Formalização da Demanda associado : DFD nº 453 /2025 para a UASG 170607.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação centralizada do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) no âmbito do ColaboraGov visa gerar benefícios estratégicos, operacionais e informacionais aos órgãos participantes, consolidando ganhos de eficiência administrativa e racionalização de recursos.

### 12.1. Benefícios informacionais e estratégicos

Monitoramento contínuo e em tempo real de informações relevantes, por meio do acesso simultâneo a canais de notícias nacionais e internacionais, complementando os meios institucionais usuais e fortalecendo a capacidade de acompanhamento e análise de temas de interesse público;

Ampliação e diversificação das fontes de informação, permitindo às áreas de comunicação e unidades estratégicas acesso a conteúdo audiovisual atualizado, confiável e plural, em apoio à tomada de decisão e à gestão informacional.

#### **12.2. Benefícios operacionais e de governança**

Continuidade e qualidade do serviço, assegurando acesso regular aos conteúdos contratados, com suporte técnico adequado, reduzindo riscos de interrupção e indisponibilidade;

Padronização técnica e contratual, promovendo uniformidade de equipamentos, procedimentos e níveis de qualidade, o que simplifica a gestão, a fiscalização e o acompanhamento do contrato;

Aprimoramento da governança dos serviços compartilhados, fortalecendo a atuação do órgão prestador no modelo ColaboraGov e consolidando práticas de gestão centralizada e monitoramento sistemático.

#### **12.3. Benefícios econômicos e administrativos**

Racionalização do uso de recursos públicos, mediante a manutenção do modelo de contratação centralizada, com redução de esforços administrativos, mitigação de contratações duplicadas e aproveitamento de ganhos de escala;

Eficiência administrativa, decorrente da concentração da gestão contratual e da simplificação dos processos de planejamento, contratação e fiscalização.

#### **12.4. Benefícios ambientais e de sustentabilidade**

Sustentabilidade administrativa e ambiental, com a utilização de equipamentos em regime de comodato, redução da necessidade de aquisição de bens permanentes e previsão de descarte ambientalmente adequado de resíduos eletrônicos;

Aderência às diretrizes de sustentabilidade, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as orientações aplicáveis às contratações públicas sustentáveis.

### **13. Providências a serem Adotadas**

Para viabilizar a adequada implementação da solução analisada neste Estudo Técnico Preliminar, deverão ser adotadas, previamente à celebração do contrato, as seguintes providências, no âmbito da Administração Pública.

#### **13.1. Infraestrutura elétrica e física**

Compete à Administração providenciar, quando necessário, a disponibilização de pontos de energia elétrica adequados nos locais destinados à instalação de televisores e decodificadores, observadas as condições de segurança e as normas técnicas aplicáveis às edificações públicas.

Essa providência é essencial para assegurar a correta instalação e o funcionamento regular dos equipamentos necessários à fruição do Serviço de Acesso Condicionado.

#### **13.2. Coordenação institucional e interlocução técnica**

Deverá ser assegurada a designação formal de responsáveis pela fiscalização e acompanhamento técnico do contrato, bem como a indicação de interlocutores nos órgãos participantes, a fim de viabilizar o adequado alinhamento entre a Administração e a empresa contratada.

#### **13.3. Planejamento da implantação do serviço**

Após a conclusão do processo licitatório, a empresa contratada deverá apresentar à Administração um cronograma preliminar de implantação, contemplando, de forma geral:

- a programação para entrega e instalação dos equipamentos necessários;
- a ativação e configuração dos pontos de acesso ao serviço;
- a priorização das unidades conforme necessidade institucional.

O cronograma deverá ser alinhado com a fiscalização técnica designada pela Administração, em prazo a ser definido no Termo de Referência, servindo como instrumento de planejamento e acompanhamento da implantação inicial do serviço.

#### **13.4. Acesso às dependências e autorizações internas**

A Administração deverá assegurar, quando necessário, as autorizações de acesso às dependências dos edifícios, observadas as normas internas de segurança patrimonial e controle de acesso vigentes, de modo a viabilizar a execução dos serviços de instalação e configuração.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

### 14.1. Aspectos ambientais relevantes

Os principais impactos ambientais potenciais associados à contratação concentram-se:

- no uso de equipamentos eletrônicos e de telecomunicações (decodificadores, cabos e acessórios);
- na geração eventual de resíduos eletrônicos ao final da vida útil dos equipamentos disponibilizados em comodato;
- no consumo de energia elétrica para operação dos equipamentos instalados.

### 14.2. Medidas mitigadoras e requisitos ambientais

Para mitigação dos impactos identificados, a solução a ser contratada deverá observar, no mínimo, as seguintes diretrizes:

- atendimento aos critérios de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Públicas, no que couber ao objeto;
- utilização de equipamentos de telecomunicações que atendam a requisitos de segurança, eficiência energética e desempenho, devidamente certificados ou acompanhados de documentação técnica equivalente;
- observância das restrições relativas ao uso de substâncias perigosas, de modo que os equipamentos empregados não contenham, em concentrações superiores às recomendadas, substâncias previstas na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr VI), cádmio (Cd), bifenilas polibromadas (PBBs) e éteres difenilpolibromados (PBDEs);
- adoção de práticas ambientalmente adequadas para o descarte e a destinação final de resíduos eletrônicos, especialmente no caso de substituição ou devolução de equipamentos em comodato, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

### 14.3. Avaliação conclusiva dos impactos ambientais

Diante das características do objeto e das medidas mitigadoras previstas, conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são reduzidos e controláveis, não representando impedimento à viabilidade da solução analisada neste Estudo Técnico Preliminar.

As exigências ambientais aqui descritas são suficientes, nesta fase de planejamento, para demonstrar a compatibilidade da contratação com as diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública, devendo os requisitos operacionais e comprobatórios ser detalhados no Termo de Referência.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas análises desenvolvidas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação centralizada do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) é viável, adequada e necessária para atendimento das demandas institucionais dos órgãos integrantes do Centro de Serviços Compartilhados – ColaboraGov.

A viabilidade da contratação encontra-se demonstrada a partir dos seguintes aspectos:

- a) Viabilidade técnica: o levantamento de mercado evidenciou a existência de múltiplas operadoras autorizadas aptas a prestar o Serviço de Acesso Condicionado.
- b) Viabilidade operacional e institucional: a solução proposta é compatível com o modelo de gestão compartilhada do ColaboraGov, permitindo padronização, racionalização administrativa e governança centralizada do serviço.
- c) Viabilidade jurídica e regulatória: a contratação está alinhada à Lei nº 14.133/2021 e à regulamentação setorial aplicável ao Serviço de Acesso Condicionado.
- d) Viabilidade econômica: a adoção do modelo de contratação centralizada possibilita ganhos de escala, redução de esforços administrativos e racionalização do uso de recursos públicos.
- e) Viabilidade ambiental: os impactos ambientais associados à contratação são reduzidos e controláveis.
- f) Adequação aos resultados pretendidos: a solução analisada é compatível com os benefícios institucionais esperados, notadamente o fortalecimento do suporte informacional e a melhoria da comunicação institucional no âmbito dos serviços compartilhados.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### **HENIO DA SILVA CANDIDO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 17:12:23.*

### **GILVAN SACERDOTE NETO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 17:28:20.*

### **PLINIO ANTUNES DA SILVA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 10:50:21.*

### **GUILHERME SOUTO DA CUNHA LEITE ARAUJO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 10:37:01.*

### **REGIS FERREIRA DE SOUSA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 13:29:10.*

